

A nossa primeira palavra, e falo em nome próprio bem como dos Ministros Barros Levenhagen e Ives Gandra, é de agradecimento pela confiança em nós depositada. É momento também, Presidente e colegas Ministros, de destacar o simbolismo desta eleição enquanto consagra o convívio fraterno que estamos a criar sob a liderança de Vossa Excelência, Ministro Dalazen.

Na condição de Presidente eleito, digo aos senhores que tenho plena e perfeita consciência dos desafios que me aguardam, em missão de cunho rigorosamente institucional. Sabemos que, fruto de administrações exemplares que se seguiram e se seguem, a Justiça do Trabalho ocupa hoje lugar ímpar dentro da Justiça brasileira, quer no que diz respeito ao planejamento estratégico, principalmente quanto ao Processo Judicial eletrônico, quer no cumprimento de metas estabelecidas para o presente ano, sobretudo em relação à “Meta 2” que estabelece o número de processos a serem julgados, quer na organização interna, como também na atuação efetiva do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, entre outras áreas.

Sei que poder e autoridade, inclusive a moral, podem andar juntos ou separados. Como nos ensina Bobbio, Direito e Poder são duas faces da mesma moeda. A norma precisa do poder para efetivar-se e o poder, para ser aceito, precisa de legitimidade. Temos legitimidade para o exercício do poder, em decorrência do sufrágio da urna. Essa legitimidade, todavia, há de ser validada no dia a dia por nossa atuação à medida que entendermos que somos meros delegados de todos os senhores, meus queridos colegas Ministros e, detendo poder delegado, estabelecermos o fiel cumprimento das decisões de Vossas Excelências, com quem sempre partilharemos o poder. Tenham a certeza de que a Alta Administração desta Corte só ganhará força e terá uma ação efetiva se estivermos juntos, com as mãos dadas, no compromisso único de valorizarmos a Instituição Justiça do Trabalho.

Sei mais, senhor Presidente, que tudo podemos fazer desde que dentro da legalidade, convicto de que o interesse público há de prevalecer sobre o interesse de classe ou particular. Sei também que somos um grande continente composto do nosso

TST e dos 24 Tribunais Regionais, os quais serão objeto de contínua atenção e dedicação de minha parte. Convido todos os desembargadores, assim como os Juízes do Trabalho, titulares e substitutos, a compartilharem da aventura de um caminhar em busca de contínua afirmação da Justiça do Trabalho como Justiça Cidadã por ser a Justiça social deste nosso Brasil.

Uma palavra de muito carinho para o Colepccor, com que dividiremos problemas e soluções, e para a Anamatra, cuja legitimidade é notória e incontroversa, e com quem espero manter diálogo respeitoso e institucional.

Aos servidores da Justiça do Trabalho, especialmente os desta Casa, a afirmação da minha admiração e da minha gratidão por tornar possível o trabalho de nós, magistrados, e o compromisso de me terem lado a lado em toda empreitada justa, desde que institucional.

Uma palavra muito especial aos senhores advogados, que podem ter a certeza de que serei leitor assíduo do artigo 133 da Carta Magna, na profunda convicção de que o advogado é e sempre foi indispensável à administração da justiça.

Sursum corda. Elevemos o coração a Deus em agradecimento e roguemos a Ele que continue a nos proteger e a alimentar a nossa fé e esperança nos valores e princípios humanos e cristãos e que, sempre, continue a fortalecer a nossa crença de que, aos que amam, a lei é dispensável.

Muito obrigado.

